

BOLETIM

O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

Editorial

É Preciso um Plano de Salvação do Trabalho, Não o Plano de Recuperação do Capital da UE! Proibição dos Despedimentos! Salários Pagos na Íntegra a Todos!

O Plano da União Europeia serve para alimentar mais pirataria capitalista. Trará mais exploração, mais corrupção, mais empobrecimento. Um Plano de Salvação do Trabalho tem de assentar na protecção do emprego e do salário, no investimento público, no SNS e no ensino público

O Novo Banco vende metodicamente activos, nomeadamente milhares de prédios, a preço irrisório a amigos do fundo *Lone Star*, seu proprietário. Alguns dos amigos são criminosos condenados, como o burlão americano Lindberg. A verba assim — é o objectivo — prejuízos contabilísticos gigantes (e os proprietários e amigos criminosos averbam lucros privados gigantes). Os prejuízos do NB são, então, compensados pelo parceiro da *Lone Star*, o Fundo de Resolução. O Fundo de Resolução carrega-os em seguida ao orçamento da nação.

Tudo legal, está na carta de curso, no valor de 4 mil milhões, outorgada pelo governo Costa/Centeno, emurrado pela UE, ao abutre americano em 2015.

O chefe do Banco Espírito Santo, antecessor do Novo Banco, era Ricardo Salgado. A aranha, no centro da teia do capitalismo nacional. Agora, oficialmente acusado pela procuradoria de crime organizado.

Ao longo de décadas, orquestrou metodicamente a pilhagem do país e do Estado.

Pinceladas a traço demasiado grosso? O quadro que elas produzem é, porém, límpido. O de **um país a saque sob a protecção da UE** e do seu governo Costa, apoiado num “bloco total”, da direita ao Bloco.

Em 2015, o governo do PS, com a “geringonça”, teve a opção de ajudar os trabalhadores, que para isso votaram nele, a repor na íntegra os seus direitos roubados.

Mas preferiu outra opção: “tentar” umas reposições, mas sem romper com a UE, sem romper com a NATO, sem romper com a dívida externa e sem romper com o patronato. Falhou.

Era previsível o resultado da opção escolhida.

O resultado foi o país ficar entregue à mais selvática pilhagem do capitalismo financeiro nacional e internacional, ver Novo Banco; e foi agravar a destruição do SNS, do ensino público e de todos os serviços que são a única coisa que ainda permite aos trabalhadores sobreviverem apesar dos salários de miséria que auferem e a política do governo mantém.

Agora, o governo está de novo ante uma alternativa

Uma das opções é responder às perguntas, simples, dos trabalhadores. Como proteger o emprego? Como manter os salários? Como salvar o SNS e combater a pandemia? Como evitar mais roubo e evasão fiscal?

As respostas resultam óbvias:

- **proibir despedimentos** e revogar as leis laborais da troika;
- **garantir os salários** de todos por inteiro e acabar com os contratos precários;
- **nacionalizar a banca**,
- **confiscar os lucros dos evasores fiscais**, Jerónimos Martins, EDPs e por aí fora;
- **abrir todos os livros de contas** sob controle das organizações dos trabalhadores,
- **investir massivamente no SNS**, ensino e transportes públicos.

É um caminho, que, como todos os caminhos, tem consequências. Por exemplo, ele não é possível sem romper com a União Europeia e a dívida externa.

Claro que há outra opção. Essa, obtém-se respondendo a outras perguntas. O que autoriza a UE? De que precisam os patrões para “investir”? Como respeitar os contratos de rapina, tipo *Lone Star*, energia, etc.?

São as respostas a estas perguntas que inspiram o plano Costa Silva, o “plano de recuperação” e os miríficos planos dos milhares de milhões a cair de Bruxelas.

Estas respostas são muito diferentes das respostas às perguntas que os trabalhadores fazem. São, exactamente, as opostas. Servirão para encher de novo a goela dos saqueadores e parasitas.

Asseveram-nos que não. Que, “desta vez”, será tal o maná, que vai tudo correr bem, e até sobrar alguma migalha para o povo trabalhador. Acredite quem quiser.

Entretanto, é já ensurdecedor o murmúrio de que os pequenos aumentos de salário mínimo previstos, aumentos salariais de qualquer espécie, mexidas nas leis laborais da troika, está tudo comprometido. “Por causa da crise”...

É altura de tomar posição e preparar a batalha. ■

ENTREVISTA



Proibir os Despedimentos

Conversámos, para *o Trabalho*, com o camarada José Casimiro, responsável político-sindical do Bloco de Esquerda, sobre a a ofensiva contra os trabalhadores e os sindicatos e como resistir-lhe.

O Trabalho: Muitos milhares de trabalhadores estão inquietos face à redução de rendimentos por causa do lay-off e ao desemprego, que, em muitos casos, ameaça seguir-se-lhe, como a imprensa geral admite. Não achas que o movimento sindical e os partidos em quem os trabalhadores votam se deveriam bater por uma Lei que proibisse os despedimentos?

JC: Penso que sim e é importante que sim. É importante juntar forças, lançar um grande movimento social que junte partidos e sindicatos (anticapitalistas) que possa ambicionar mudar a relação de forças a favor do trabalho. A crise de pandemia global acelerou de forma inaudita o *crash* da economia global, expôs e constituiu – ao mesmo tempo – fragilidades estruturais e novas contradições sistémicas do capital. Todas as “soluções” do capital apontam para que os custos da crise incidam sobre os trabalhadores, segmentando o trabalho, precarizando-o, aumentando o desemprego e esmagando os rendimentos diretos e indiretos do trabalho.

T: Os trabalhadores sentem-se lesados por verem um governo que foi eleito graças à sua mobilização eleitoral não só manter os salários de miséria no privado, ao recusar-se a revogar a legislação laboral da troika, como manter também praticamente congelados os salários do sector público. A indignação e disponibilidade para a mobilização de professores, enfermeiros, motoristas, estivadores e tantos outros foi notória. Não era tarefa dos dirigentes sindicais unirem estas lutas num movimento de

conjunto que impusesse ao governo uma relação de forças irresistível que o obrigasse a ceder?

JC: A resposta não pode ser linear, sim. O governo austeritário da troika precarizou ainda mais as relações de trabalho (apostou na individualização e precarização das relações de trabalho, facilitou os despedimentos e, embaratecendo-os, liquidou a contratação coletiva e sindicatos, esmagou os salários diretos e indiretos) e apostou na interiorização da crise pela sociedade. A partir de 2015 foi toda uma luta para inverter as medidas austeritárias, sem, no entanto, ter forças para reverter

“Em muitos casos, o direito à greve foi posto em causa por parte do governo”

vadores, enfermeiros e outras, não tiveram o devido apoio e solidariedade activa das centrais sindicais. Antes foram desamparadas e até atacadas por quem está lá para defender os interesses dos trabalhadores. Que pensas necessário fazer para conseguir a unidade da classe, com os seus sindicatos, e acabar com a divisão e o desamparo daqueles que se põem em luta pelos seus direitos?

JC: Não existe uma análise única sobre essas “lutas mais duras” e se todas elas serviram os interesses dos trabalhadores, com exceção da dos estivadores e parte da dos camionistas. Mas, em muitos casos, o dire-



os direitos do trabalho, profundamente golpeados desde 2003.

T: Os trabalhadores vão ver-se obrigados a defender os seus direitos, ameaçados pelo patronato e por um governo que toma sistematicamente o partido do patronato. As últimas lutas mais “duras”, a dos camionistas de matérias perigosas, a dos esti-

to à greve foi posto em causa por parte do governo PS, não só pelos serviços mínimos/máximos decretados como pela militarização de algumas. A unidade da classe vai ter de ser uma grande luta política e ideológica das forças anticapitalistas (partidos, sindicatos e movimentos sociais) que tem de mobilizar a sociedade, como ideia maioritária. ■

Ficha técnica

Publicado pelo grupo “A Internacional”
Página web: <http://ainternacional.pt>

Responsável: José Júlio Santana Henriques
Endereço mail: jose.santanah@gmail.com

OS TRABALHADORES EXPOSTOS À PANDEMIA E À EXPLORAÇÃO

As medidas tomadas pelo governo para lidar com a pandemia tiveram uma constante: ajudar as “empresas”, portanto, os patrões, não os trabalhadores.

O *lay-off* simplificado permitiu reduzir drasticamente os custos salariais. Pôs os trabalhadores a pagar a maior parte do seu próprio salário actual com os descontos para a segurança social, que eram seu salário diferido (pensões) ou colectivo (saúde, desemprego).

Não poucas empresas despediram os precários, depois meteram o *lay-off* para os restantes trabalhadores. Algumas chegaram a querer cortar salários, como a *Portway*.

As primeiras vítimas foram, em todo o lado, os trabalhadores precários, com contratos a prazo ou “independentes”, também nos sectores culturais e das artes. O teletrabalho permitiu também a muitas empresas expropriarem o tempo privado dos trabalhadores.

As estatísticas oficiais começaram por disfarçar o

disparo do desemprego. Entretanto, os bancos alimentares viram o número de pessoas sem o que comer disparar para números sem precedentes.

A *Portway* (ver abaixo) é, aliás, exemplo de como navegar as medidas do governo para chegar ao objectivo final: a precariedade geral.

As constantes: os abusos patronais, o aumento da exploração e o lançamento de dezenas de milhar na miséria e no vazio. O novo esquema degressivo de pagamentos às empresas continua a subordinar o combate à pandemia aos lucros das empresas. Um salvar-se-ão — à custa da segurança social (no futuro,

invocar-se-á esse “buraco” para cortar prestações). Outros despedirão e fecharão.

Só a mobilização unida dos trabalhadores e da juventude com os seus sindicatos e organizações poderá impedir a devastação social que se prepara, não já para dezenas, mas para centenas de milhar ou milhões.



O Caso Exemplar da Portway

Em meados de Julho, o Sindicato do Aviação Civil, Sintac, denunciava que a administração da empresa apresentara aos trabalhadores um programa de rescisões por mútuo acordo. É o penúltimo acto.

O primeiro acto ocorrera em 24 de Março: a *Portway* anuncia que não renovará os contratos a prazo.

O segundo foi este: *lay-off* metido para mais de mil e quinhentos trabal-

hadores. De passagem, a empresa tenta impor aos restantes 500 cortes salariais ilegais de 20%.

O terceiro acto consta de que, findo o *lay-off* “ou [os trabalhadores] aceitam as condições impostas pela empresa para a sua saída até ao dia 31 de Agosto ou são ameaçados imediatamente de que o seu nome irá constar numa futura lista de despedimento colectivo a realizar em Outubro deste ano”, refere o sindicato.

O esquema da *Portway*:

1. ir buscar “apoios estatais durante o período de *lay-off*”
2. sobrecarregar “o erário público com um despedimento colectivo, lançando assim várias centenas de trabalhadores no desemprego”, para
3. “esvaziar a empresa e adquirir no futuro novos trabalhadores com contratos precários e poucos direitos” (citado do comunicado sindical).

Greve Geral nos CTT

Os trabalhadores dos CTT fizeram greve geral no dia 12 de Junho, exigindo nomeadamente:

- Subsídio de refeição pago no recibo de vencimento;
- Admissão para o quadro de trabalhadores em número suficiente para normalizar escalas e horários de trabalho e parar com as horas diárias a mais sem pagamento de trabalho suplementar;
- Contratação de trabalhadores para substituição de férias, garantindo a qualidade do serviço;

— Condições de trabalho que respeitem as directrizes da DGS e as normas da saúde e segurança no trabalho;

— Aumentos salariais que reponham o poder de compra perdido e aproximem os seus salários dos dos restantes trabalhadores da UE.

Greve na Randstad

Numerosos casos de abuso do *layoff* e do teletrabalho foram conhecidos durante a pandemia. Particularmente nas empresas que praticam *outsourcing*, colocando sectores

inteiros, como os call-centers, em prestadores externos ou sob controlo de empresas de “recursos humanos”, como a *Randstad*, um “alugador de mão de obra que ganha com tudo o que pode reduzir nos nossos salários e direitos”, como declarava o SIESI, sindicato das indústrias eléctricas, em Junho.

Em 12 e 24 de Junho, os trabalhadores da *Randstad* (que, na realidade, trabalham para empresas como a *Altice*, NOS, EDP, etc, fizeram greve, com grande adesão, por melhores salários e pela estabilidade do emprego. ■

HÁ UMA ALTERNATIVA AO CAMINHO QUE ENTREGA TODO O PODER AO PATRONATO

- Aplicação imediata de todas as medidas necessárias de protecção sanitária nos locais de trabalho sob controlo dos sindicatos e comissões de trabalhadores; distribuição gratuita de máscaras e outro equipamento de protecção;
- Repartição do trabalho existente entre todos os trabalhadores, sem redução de salário;
- Confiscação dos lucros dos evasores fiscais, EDP, Jerónimo Martins e todos os outros;
- Nacionalização da banca, denúncia do contrato-abutre do Novo Banco.

O Capitalismo Português Vai Nu

Ricardo Salgado, Espírito Santo, Novo Banco, Lone Star, Fundo de Resolução:

A acusação oficial da procuradoria a Ricardo Salgado, chefe do finado Banco Espírito Santo, descreve o banco e a sua acção como “associação criminosa”. Crime organizado.

Como resulta também de peças de investigação publicadas no *Público* e noutros jornais, o homem era o chefe de uma estrutura mafiosa que organizava minuciosamente a pilhagem do seu banco e do país em geral, com canais de comunicação secretos com dependências de lavagem de dinheiro na Suíça e por aí fora.

Dir-se-á: não é raro ver grandes capitalistas a braços com a justiça. As leis em vigor, se bem que sejam parte das regras do jogo capitalista, não podem, por definição, consagrar simplesmente o arbítrio e a lei do mais forte. Podem, pois, ser empecilhos para quem quer “vencer” a todo o custo. É preciso, então, algo mais: o segredo do negócio, a protecção dos melhores advogados, ter os políticos em voga no bolso. Tudo coisas que saem caro.

Também é verdade que assim é desde que o capitalismo existe. Não foi por acaso que os vencedores da guerra da concorrência (que aboliram a seguir) no época heróica do capitalismo americano ficaram conhecidos por *robber barons*, barões salteadores.

Uma nova qualidade

Ainda assim, há aqui uma nova qualidade.

O BES de Salgado não era *um dos* senhores do grande capital nacional. Ele foi o homem escolhido para o reconstruir nos anos oitenta e noventa,



sendo o instrumento a reprivatização da banca. A banca, também a da família, fora perdida para a revolução. Salgado, o reprivatizador, fez-se eixo de rotação do capitalismo privado português, agora pequeno satélite na órbita do planeta franco-germânico de Bruxelas — que orbita, por sua vez, o

sol imperialista americano.

Decerto, nem todo o patrão é um mafioso ou criminoso. Mas, como nas mafias propriamente ditas, para sobreviverem no meio, todos, dos pequenos aos grandes, têm que pagar um *pizzo* qualquer (o dinheiro que, na Sicília, os patrões pagam ao mafioso local para terem “protecção”). Rendas, *franchises*, licenças, *royalties*, OPAs e muitos outros são os seus nomes legais no mundo “civilizado”.

Ressalta do acto de acusação a Salgado que ele era, assim, a cabeça da polvo mafioso a que actualmente está reduzido o capitalismo em Portugal. E, como sempre acontece, quando cai uma cabeça (aqui “cair” é relativo, considerando a principesca pensão e os milhões decerto parqueados nos paraísos), outras se alevantam para lhe suceder.

Sai a aranha, entra o abutre

A “queda em desgraça” da aranha do capitalismo português moderno resultou na chegada para o seu lugar de um salteador financeiro profissional, o fundo-abutre *Lone Star*. Sob o olhar vigilante da União Europeia, que não permitia nacionalizações e obrigava a vender desse por onde desse, o Estado português fez com o abutre um contrato (segreto!) cujo objectivo fundamental, agora revelado a luz do dia até para o mais bobo, era saquear o orçamento do Estado e os recursos do país aos milhares de milhões de cada vez com a cumplicidade contratualmente algemada do governo da nação.

O que obrigou o governo — de “esquerda”! — a este novo passo na longa transformação de uma velha potência imperialista decadente em mera neocolónia espremida até à medula? A regra central da UE: a santidade da concorrência “livre de entraves”, santidade superior, já se vê, à do próprio Espírito Santo.

Destruir todos os “entraves” à concorrência é a atribuição única de um dos mais poderosos comissários europeus. Imune, como os colegas, ao incómodo de ir a votos.

As regras da UE têm uma vantagem fulcral: não padecem das disposições, conseguidas pelos trabalhadores ao longo do último século de lutas, consagradas em muitas legislações e constituições nacionais. Tais disposições (contratação colectiva,

SNS, ensino público, etc.) são “entraves” à livre concorrência: à livre exploração e pilhagem.

Saque de Portugal, saque do mundo

A actualidade do caso Espírito Santo não é exclusiva de Portugal, naturalmente. A principal “tecnológica” alemã, a firma *Wirecard*, que integra o índice bolsista DAX e goza das melhores ligações à alta política alemã, acaba de explodir com estrondo. Era, afinal, o veículo de uma burla organizada a uma escala gigantesca. O roubo puro e simples, relatado pela imprensa,



ascende, para já, a vários milhares de milhões de euros. Os auditores, os *Deloitte* e *EY* deste mundo, também ali não deram por nada.

Já no Estado espanhol, o “escândalo” estourou com o Borbon-pai, discípulo querido de Franco e grande amigo de (ste) Marcelo. O monarca, ora “emérito”, foi, há 45 anos, escolhido para encarnar a “transição democrática” que,



em 1975, salvou o franquismo, dando-lhe umas pinceladas constitucionais mal enjorcadas. Veio entretanto a lume que, “alegradamente”, o homem geriu toda a vida uma máquina de extorsão e pilhagem que o deixou fabulosamente rico. “Exila-se” o Borbon-pai para tentar salvar o reinado do Borbon-filho, que, evidentemente, não sabia de nada e é homem de grande virtude.

Isto enquanto, no coração do imperialismo mundial, um vulgar aldrabão e facinora de bairro, caloteiro profissional e pato bravo de poucas luzes, ascende a presidente dos EUA, onde governa como um padrinho de algibeira. A algibeira em que guarda os códigos da guerra atómica.

(e a Cair de Podre)

A Mafía que Organiza a Pilhagem do País sob o Olhar Terno da União Europeia

“Planos de recuperação” = planos de saque e miséria

A questão é: com o capitalismo moderno reduzido à pilhagem desvalorizada da sociedade humana sob a protecção legal da UE, FMI, OMC, acordos de comércio livre e paraísos fiscais, quaisquer “planos de recuperação e desenvolvimento”, como os agora anunciados em Portugal com bazucas de fogo de artifício, não são mais do que novos planos de saque e empobreci-

mento das massas trabalhadoras, que canalizarão os “investimentos” para os bolsos da piramidal hierarquia de parasitas.

O melhor é deixar um economista do capitalismo “liberal” explicar o porquê:

“Na atual União Europeia, é muito difícil defender-se um programa liberal que deixe ao livre mercado as escolhas dos investimentos a fazer. Sob o ponto de vista de um governante, faz sentido alinhar as apos-

tas portuguesas com as diretrizes europeias, para maximizar os fundos que nos tocam. Para os oligopólios que vivem encostados ao Estado e aos fundos europeus, não faz diferença se o grande investimento é no hidrogénio, no mar, na ferrovia ou na digitalização. Crucial é que estejam bem posicionados para açambarcarem a sua quota parte no maná que virá dos céus. Por céus entenda-se os contribuintes europeus, incluindo os portugueses.” (L. Aguiar-Conraria, *Expresso*, 25/7) ■

Plano Costa Silva e “Estratégia para a Recuperação”

“Uma Loja do Cidadão para as Empresas”

Do famoso maná que vai chover de Bruxelas nos próximos anos dizia, no jornal *Público*, uma cronista económica que “a Bloomberg e o think tank alemão ZEW fizeram estimativas com base na proposta de Merkel e Macron (que era de 500 mil milhões a fundo perdido), usando as regras de contribuição existentes e distribuindo as ajudas em função do decréscimo do PIB e do aumento do desemprego. Ambas concluem que Portugal será um contribuinte líquido (entre o e 0,4% do PIB para a Bloomberg entre

é claro, às complicações de o governo se ter de submeter de vez em quando a eleições e outros inconvenientes?

Facilitar a vida às empresas

Este problema (conhecido como “democracia”) é um problema sério para as burguesias nacionais europeias (embora a UE o venha minimizando, abolindo-a progressivamente). Por exemplo, em entrevista de apresentação

reativos e defensivos... É preciso mudar o paradigma em que nos movemos”.

Passe-se, pois, a um novo “paradigma”: o do Estado como simples facilitador das encomendas e lucros das empresas.

Um grande problema: a democracia

Ora, para isso, é preciso remover “(...) um dos grandes problemas das nossas democracias, que não estão preparadas para desenvolver projetos a longo prazo: são baseadas nos ciclos eleitorais, têm de responder aos eleitorados, têm de se confrontar com os problemas quotidianos, têm a pressão imensa da galáxia dos meios de comunicação social, que faz bem o escrutínio.”

Fundos para saquear

Resumamos: fazendo bem as contas, contando as contribuições nacionais para a UE, os impostos pagos pelos contribuintes nacionais, etc., os fundos disponíveis não vão diferir muito, no fundo, dos fundos de que Estados como Portugal, mais coisa menos coisa, dispõem, sem fundo europeu, nos próprios países. Porém, compilados e governados de Bruxelas, “condicionados”, isto é, transformados em mordças e freios de qualquer veleidades que algum governo nacional possa ter, moídos, misturados e arrumados no torvelinho de concursos, projectos e quejandos, eles transformam-se num maná para as grandes empresas, essencialmente grande capital estrangeiro — e algum, pouco, nacional, que, como é sabido, tão-pouco paga nada ao erário público, pois desvia legal e/ou ilegalmente os lucros para algum país frugal ou insular fiscalmente paradisíaco.

(cont. p. 6)

“Portugal será contribuinte líquido,,

0,04 e 0,9% do PIB para a ZEW). Não sabemos como vai ser com o “Next Generation EU”, mas o que é certo é que não seremos grandes beneficiários líquidos. Isto não quer dizer que o plano seja mau para Portugal. A dívida comum permite fazer um esforço de investimento nos próximos anos que dificilmente faríamos de outra forma.” (S. Peralta, 5/6/2020).

Ao contrário do que se ouve dizer por todo o lado, é, portanto, bem provável que, no fim das contas, Portugal pague mais a Bruxelas do que Bruxelas a Portugal. Note-se que isto foi antes de se saber que o “maná” a fundo perdido afinal não ficou em 500, mas em 390 mil milhões — dos quais, dizem, 15 mil milhões para Portugal. Sobre os três anos de duração, são uns 2% do PIB português, que, só este ano, se prevê que caia mais de 10%...

Mesmo assim, a economista citada diz que o plano é bom “para Portugal”, graças à vantagem da “dívida comum”. “Vantagem” porquê? Por concentrar a capacidade de “distribuir fundos” em Bruxelas? Em vez de, suponhamos, num orçamento do Estado — sujeito,



do seu plano ao *Expresso* (25/7), o conselheiro de Costa, Costa Silva, começa por deixar claro o método do seu plano: “Para mim as empresas são decisivas. Proponho que, quando há vários organismos envolvidos, haja um interlocutor único do Estado com as empresas. Uma espécie de loja do cidadão para as empresas. Se vamos ter os fundos e vamos manter este registo, uma administração pública que não responde na hora e está viciada em dar pareceres muito

“Uma Loja do Cidadão para as Empresas”

... e a Estranha Posição das “Esquerdas” (cont. p. 5)

Lucros altos, salários baixos, precariedade: a bem da competitividade

Os lucros são obrigatoriamente feitos à custa de baixos salários e precariedade. Não por culpa de ninguém, bem entendido. É que, sem baixos salários, Portugal “perderia a competitividade”, além de chumbar nos programas de “reformas” e nos critérios de Maastricht... mandatados e vigiados por Bruxelas. Não haja, porém, receio: algo sobrarão para os gabinetes de advogados políticos bem relacionados e para a nebulosa de espertalhões que envolve a “execução dos fundos” e actualiza a frota de Maserattis e Porsches da nação.

Como reagem as “esquerdas” a tais planos?

O acima descrito é o sistema de saque da economia portuguesa — e, analogamente, dos outros países da União Europeia. É este sistema que o plano Costa Silva promete tornar ainda mais “eficiente”.

Um membro do comité central do PCP descreve com grande acerto o pomposo plano de “recuperação estratégica da economia nacional” (citado no *Expresso* (25/7): “o plano, prossegue Vasco Cardoso, “assume o Estado como facilitador e financiador dos grupos económicos entendidos como motor e centro da economia”, “assume de fio a pavio o conjunto de orientações, programas e opções presentes na União Europeia” e “constitui-se como um instrumento para promover a centralização e a concentração do capital e como um projeto para assegurar a transferência maciça de fundos públicos para o capital privado”.

Não saberíamos dizer melhor.

Perante tão precisa caracterização, é, contudo, de estranhar que a conclusão seja, ainda segundo o *Expresso*, que [o PCP] “espera para ver”, considerando que “não chega

“enunciar propostas e objetivos” que, por serem genéricos ou já terem sido pensados no passado, “não são em si mesmo contestáveis”. Não chega? Não são contestáveis?

Perante um programa que visa financiar os grupos económicos, promover a centralização e concentração do capital, assegurar a transferência maciça de fundos públicos para o capital privado e seguir de fio a pavio as orientações e opções da União Europeia, o PCP espera para ver o quê? Não chega eles apontarem a arma aos trabalhadores, é preciso esperar que a disparem?

Saquear, mas devagarinho?

Pior, a reacção da direcção do Bloco de Esquerda, que acha, nas palavras do chefe do grupo parlamentar (*Expresso*) que “o futuro é determinante”, pois a calendarização e execução do plano — acompanhadas pela “definição de prioridades e escolhas fundamentais” — são “chave”. “E, sobre isso, falta o Governo dizer das suas intenções”.

Como o PCP bem leu no plano Costa Silva, as intenções da UE — e do governo que tem como primeiro e único princípio obedecer-lhe cegamente — são claríssimas. Entenderá a direcção do BE que, conforme a “calendarização” e “definição de prioridades” na transferência maciça de fundos públicos para o capital privado, a sua posição poderá variar? Se o saque for mais devagarinho, ainda vá?

Terá toda a desculpa quem deduzir desta curiosa posição da direcção do BE que a sua verdadeira mensagem para o governo é: “dêem-nos ministérios, que tudo será possível”.

Era, convém recordar, essa a ideia central saída da última convenção do Bloco. ■

O Orçamento Suplementar de Junho Prepara Austeridade Brutal

Intitulámos o precedente número d’*O Trabalho* com a frase:

“Ou se salva o capital e se destroem os trabalhadores, ou se salvam os trabalhadores expropriando o capital”.

Com o orçamento suplementar votado na Assembleia da República em Junho, o governo decide-se, infelizmente sem surpresa, pela opção: salve-se o capital, esmaguem-se os trabalhadores.

Mais surpreendente para alguns: o BE absteve-se (como o PSD; já o PCP, que se abstivera na generalidade, votou contra no final). “Viabilizaram”.

As medidas tomadas durante o confinamento, nomeadamente o regime de *layoff* simplificado, já apontavam o caminho. Fizeram cortes drásticos no rendimento dos trabalhadores, mormente dos mais precários e mais pobres. E concederam enormes facilidades ao patronato, incluindo a isenção do pagamento de 80% dos salários e facilidades fiscais e de crédito. Como a imprensa relatou, os principais beneficiários nem sequer foram os pequenos patrões e micro-empresas. Três quar-

tos dos dinheiros do *layoff* foram, e são ainda, pagos a médias e grandes empresas.

As linhas mestras do “Plano de Estabilização Económica e Social” e do orçamento suplementar agora a votos inserem-se na continuidade desta política. E agravam-na ainda mais para os trabalhadores.

A despesa orçamental adicional — que atirará com o défice e a dívida para a estratosfera da troika, e já se sabe como isso acaba — é assim resumida pelo jornal *Expresso* (13/6) quanto às suas componentes “social” e empresarial:

“No campo social, o Executivo antecipa um aumento de €1000 milhões face ao previsto no OE-2020, que se distribui sobretudo pelo novo complemento de estabilização dos rendimentos dos trabalhadores, pagamento de abono de família extraordinário, apoios à redução de atividade dos trabalhadores independentes, aumento dos subsídios de desemprego e reforço do Serviço Nacional de Saúde”.

Já no campo empresarial, “as medi-

das para injetar liquidez nas empresas — reforço dos mecanismos de financiamento, prolongamento das moratórias de crédito e ajustamento dos pagamentos por conta de IRC — deverão representar um investimento de €8,8 mil milhões”.

Ou seja, tirando o reforço do SNS em 500 milhões (uns risíveis 4%, face ao endémico desinvestimento e à pandémica realidade), reservam-se para a despesa “social” 500 dos 9.300 milhões (5%). Esmolas, para mitigar a catastrófica perda de rendimento dos trabalhadores. Os outros 8.800 milhões (95% do total) vão para os patrões.

Nas receitas fiscais, idem. Menos 5.600 milhões em impostos. Que impostos? Três quartos das perdas são em IVA e IRC. Menos IVA porque o consumo dos trabalhadores cairá. Menos IRC, porque o governo concede benefícios fiscais às empresas.

O caminho está traçado. O governo segue o único que é possível seguir sob a alçada de Bruxelas: reduzir os trabalhadores à miséria para resgatar os patrões. ■

EUA, PORTUGAL, MUNDO

A juventude do mundo na rua contra o racismo e o capitalismo

No dia 6 de Junho, milhares de manifestantes, na grande maioria jovens, percorreram as ruas de Lisboa, Porto e de todas as cidades maiores, gritando palavras de ordem anti-racistas em protesto contra o assassinato de George Floyd por um polícia, em Minneapolis (EUA), mas também contra as numerosíssimas manifestações de racismo que, também em Portugal, têm feitas vítimas, algumas mortais.

As manifestações de Junho foram convocadas por várias associações e colectivos com base num manifesto intitulado “Resgatar o Futuro, Não o Lucro”, que se iniciava assim:

“A crise do Covid-19 veio expor, mais uma vez, as fragilidades do sistema capitalista. Mostrou que este sistema nos enfraquece colectivamente, nos fragiliza, nos vulnerabiliza e ameaça destruir-nos. Não o faz de forma igual nem à mesma velocidade, acentuando as desigualdades anteriores, com base na falta de rendimento, classe, género, nacionalidade, etnia, orientação sexual. Os maiores custos desta crise são imputados a quem menos pode e, não duvidamos, tenderão a sê-lo ainda mais quando entrarmos numa fase de rescaldo da doença e com a tentativa de fazer “voltar a normalidade.”



Pouco mais de um mês depois, no dia 25 de Julho, em Moscavide o actor Bruno Canté foi assassinado a tiro por um indivíduo que justificou o seu acto com impropérios racistas, invocando o seu passado na guerra colonial no “ultramar” de Salazar e Caetano e as armas que (ilegalmente) ainda detinha desse tempo.

O racismo e, de um modo geral, a opressão e repressão das minorias étnicas, sexuais ou outras, é uma expressão



Manifestação anti-racista e anticapitalista em Lisboa, 6 de Junho.

repulsiva da decadência do sistema capitalista, que ameaça arrastar toda a humanidade na sua voragem de destruição social, económica e ambiental.

Isso mesmo compreende parte crescente da juventude portuguesa e do mundo, que não está disposta a aguentar a destruição

do seu futuro nem vai em cantigas de “ecologistas” burgueses ou bem-pensantes.

O partido de Ventura, o candidato a caudilho fascista com quem o dirigente do PSD, Rui Rio, conta poder coligar-se quando ele “se moderar” (o sentimento é mútuo), promoveu uma semana depois uma manifestação anti-anti-racista, proclamando que “Portugal não é racista”. Enquanto comentadores e dirigentes de todos os quadrantes se embrenhavam na discussão se “Portugal é ou não é racista”, o objectivo do caudilho de pacotilha era claro e declarado: começar, com os seus bandos de rufiões e lumpen, a disputar “a rua” aos trabalhadores e à juventude, para mostrar à burguesia, a Rio e compinchas, que há tropa de choque em formação para começar a preparar a reconquista do governo e atacar ainda muito mais duramente o movimento operário.

O 6 de Junho, como a rebelião da juventude americana depois do assassinato de George Floyd, mostra que está na ordem do dia unir a luta da juventude estudantil e trabalhadora ao combate geral da classe trabalhadora contra a exploração, os baixos salários, a precariedade, a austeridade eterna imposta pela UE e pelo FMI e pelo governo ao seu serviço, a destruição do ambiente e as guerras imperialistas pelo mundo fora.

Essa união é a tarefa do presente e o caminho do futuro! ■

Aproveitando as declarações de Rui Rio, os bandos nazis levantam a cabeça

Solidariedade total com as deputadas e militantes ameaçados

Com os partidos de direita em profunda crise, primeiro eleitoral, depois política, transformado o PSD (e, por vezes, também o CDS) em mais uma roda da imensa geringonça, com o patronato inteiramente satisfeito com a política do actual governo, que mantém a legislação laboral de Passos Coelho e faz pagar as medidas anti-pandemia, com perdas salariais e despedimentos, aos trabalhadores, as possibilidades de se voltar a formar um governo dos partidos de direita num futuro próximo afiguram-se muito limitadas.

Digladiam-se, assim, à morte, as

mediócras figuras empurradas para as chefias, quer no PSD quer no CDS.

Nestas águas turvas, o inefável Rio veio declarar a sua disposição em se aliar ao aprendiz de caudilho Ventura, que logo se declarou pronto.

Porém, falta-lhes a todos o crédito, face ao colapso geral da direita “oficial”.

Foi essa a deixa para a canalha nazi sair do esgoto e candidatar-se a tropa de choque da “mudança”. A manifestação de ameaça ao SOS Racismo, seguida de ameaças de morte a activistas e três deputadas conhecidas pelas suas declarações anti-racistas (duas

delas, “não brancas”) serve esse fim.

Embora estas manobras sejam paridas pelo desespero, a juventude e o movimento operário não podem subestimar a ameaça.

Vencê-la só é possível, porém, pela mobilização resoluta do movimento operário pelas suas reivindicações e por uma saída socialista para a crise, agrupando largos sectores da pequena burguesia cada vez mais desesperada.

A continuação da colaboração com a burguesia e a União Europeia, em contrapartida, só pode levar ao desastre. É uma velha lição. ■

MUNDO

Líbano O Povo Levanta-se contra a Barbárie



A causa imediata do terrível desastre que se abateu sobre Beirute no passado dia 4 de Agosto, fazendo pelo menos 150 mortos, milhares de feridos e 300.000 sem abrigo, é clara.

Nas palavras do agora demissionário primeiro-ministro Hassan Diab, “*é inadmissível que uma carga de 2.750 toneladas de nitrato de amónio esteja há mais de seis anos armazenada sem medidas de segurança.*”

Só que a responsabilidade é precisamente do governo, e os libaneses sabem-no. No fim de semana seguinte, foram dezenas de milhar que se manifestaram nas ruas, apesar da violência policial, gritando: “*Enforcem-nos a todos!*”, “*Revolução!*” e “*Demissão!*” de toda a gente ligada ao poder e ao Estado.

A demissão do governo, que continua em “gestão corrente” — da re-

pressão —, já não basta. A situação tem causas fundas e que vêm de longe. A sua origem é a função atribuída ao Líbano na manutenção da ordem imperialista na região. O sistema que o povo libanês denuncia é o instalado primeiro pelos imperialismos francês e britânico e, depois da segunda guerra mundial, pelo imperialismo americano. Na sua forma actual, o sistema nasceu do esmagamento no sangue dos refugiados palestinianos ao cabo de uma guerra contra-revolucionária contra o povo libanês nos anos oitenta, com a intervenção activa do Estado de Israel.

A crise económica já estava instalada antes da explosão. Governos consecutivos aplicaram constantemente a política do Banco Mundial. A libra libanesa perdeu 80% do seu valor, os preços dispararam, criaram-se novos impostos, nomeadamente o IVA.

A consequência foram mobilizações populares, que culminaram na revolução de 17 de Outubro de 2019

Entretanto, face ao desas-

tre, o chamado “mundo” promete ajuda — “com condições”. Encarregou-se de as trazer o presidente francês Macron, que viajou a Beirute de dedo levantado, como senhor colonial. As condições são a aplicação da vontade do imperialismo americano, o cumprimento dos planos do FMI e a continuação do isolamento do povo palestiniano — o punho de ferro que garante a negação dos direitos do povo da Palestina.

Ajudar incondicionalmente o povo libanês é cancelar a dívida externa do Líbano, cancelar todas as exigências do FMI e acabar com a ingerência das grandes potências.

O povo libanês é soberano. A sua vontade é acabar com um regime e um sistema completamente corruptos. ■



Imperialismo americano disposto a tudo contra a China

Não passa um dia sem alguma nova medida de agravamento da ofensiva do governo imperialista americano contra a China, em todos os domínios. Notícia recente: o fecho do consulado da República

Popular da China em Houston, no Texas. Simbólico? É a primeira medida deste tipo desde que se restabeleceram relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a China, depois da revolução de 1949.

É neste contexto que se enquadra também a verdadeira guerra comercial lançado pelos EUA, e o seu recente agravamento. E é também nele que se devem entender as denúncias da pretensa responsabilidade deliberada do governo chinês na eclosão da pandemia, assim como o ameaçador reforço dos potentes meios militares dos Estados Unidos no mar da China.

Não se pode reduzir o que se está a passar a meras imprecações vingativas de Trump. O que os sectores da burguesia americana que mais criticam Trump — assim, por exemplo, o *Washington Post* de 24 de Julho — verberam é, pelo contrário, a fraqueza deste nas relações com

a China. Vincam a necessidade “*de os Estados Unidos se porem à cabeça das nações democráticas na resistência ao agravamento do regime totalitário na China e à sua postura belicosa.*”

O que quadra perfeitamente com a volta que Mike Pompeo, ministro dos negócios estrangeiros de Trump, anda a efectuar por vários países, apelando a uma “coligação” contra a China, pois, segundo ele diz, “*deixou de ser realista ignorar as diferenças fundamentais entre os nossos dois sistemas*”, que fazem com que “*a China seja hoje a principal ameaça da nossa época*”.

Assistimos a uma ofensiva global, que corresponde às necessidades profundas do imperialismo americano na situação de crise mundial actual. Já não

lhe é possível manter o tipo de relações que existia antigamente com a burocracia chinesa.

Esta ofensiva importa ameaças à paz no mundo. Combatê-las hoje é, desde logo, tarefa da classe operária internacional, que não tem nenhum interesse em comum com o sistema capitalista internacional. Parte indispensável desta resistência é defender o direito da classe operária chinesa, que é uma componente da classe operária internacional, de se organizar independentemente do Estado e constituir as organizações que bem entender, defendendo os seus direitos democráticos em toda a China e, por conseguinte, também em Hong Kong. ■